

Segunda parte

Interdisciplinaridade e intercientificidade

*Décio Azevedo Marques de Saes**

Resumo

Na sociedade capitalista, o princípio da disciplinarização do saber se apoderou do espaço institucional do ensino superior, por corresponder à exigência de especialização, emanada tanto do processo de produção capitalista quanto da organização burocrática do Estado burguês moderno. Os professores do ensino superior, percebendo os efeitos negativos da fragmentação do conhecimento, aspiram à construção de mecanismos intelectuais e acadêmicos que contribuam para a atenuação de tais efeitos. Neste artigo, analisamos dois desses mecanismos; a promoção da articulação entre as diferentes ciências parciais (intercientificidade) e a promoção da integração entre diferentes disciplinas constantes do currículo escolar (interdisciplinaridade). Do ponto de vista científico, a prática mais relevante é a da intercientificidade, que pode se fazer acompanhar, ou não, da prática da interdisciplinaridade. Esta, por sua vez, pode ocorrer num contexto isento de preocupações intercientíficas; porém, mesmo neste caso, contribuirá para a intensificação da comunicação intelectual e cultural no espaço acadêmico.

Palavras-chave: Disciplinarização; especialização; intercientificidade; interdisciplinaridade.

Interscientific Studies and Interdisciplinary Studies

Abstract

In capitalist society, the disciplinary principle took control over the universities, as it satisfied the need of specialization, coming from the capitalist system of production and from the

* Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo.

bureaucratic organization of the State. Professors at university know the negative effects of knowledge fragmentation, and they try to find the intellectual means to countervail these effects. In this article, we analyze two procedures: a) the connection between partial sciences; b) the connection between different disciplines of the curriculum. The first one can be adopted with or without the second one. The collaboration between disciplines may have positive effects (on the communicational and cultural level), even in case of lack of interscientific purposes.

Keywords: disciplines; specialization; scientific connection; disciplinary connection

Intercientificidad y interdisciplinaridad

Resumen

En la sociedad capitalista, la organización del trabajo intelectual en disciplinas se apoderó de la universidad, por que correspondía a la necesidad de especialización, oriunda del sistema capitalista de producción y de la organización burocrática del Estado. Los profesores están conscientes de los efectos negativos de la fragmentación del conocimiento, y buscan medios intelectuales para contrapesar tales efectos. En este artículo, analizamos dos procedimientos: a) la intercientificidad; b) la interdisciplinaridad. La intercientificidad puede no estar acompañada de la interdisciplinaridad. Pero la interdisciplinaridad puede tener efectos positivos (en el plano de la comunicación y del contacto cultural), aunque en el caso de falta de propósitos intercientíficos.

Palabras-clave: Disciplinas; especialización; intercientificidad; interdisciplinaridad

Os professores do ensino superior vivem uma angústia permanente, pelo fato de estarem numa situação profissional organicamente contraditória. No plano simbólico, eles se veem como participantes de uma comunidade universal do saber. No plano prático, eles atuam num meio profissional marcado por um alto nível de concorrência e individualismo. Essa dissonância permanente entre aspirações intelectuais universalistas e práticas profissionais individualistas ou concorrenciais gera,

nos professores, o justo anseio de encontrar os meios práticos necessários à concretização universal da comunidade do saber e à superação do estado de solidão psicológica e intelectual, em que vivem. Os docentes do ensino superior são condenados a tal estado psicológico por obra da vigência de práticas acadêmicas concorrenciais e individualistas, que constituem, tão somente, a expressão, no espaço acadêmico, de práticas típicas de uma economia capitalista.

Mais especificamente: ainda que inseridos em relações concorrenciais, impostas pelo funcionamento do mercado professoral e pela estruturação da carreira docente, os professores procuram, em certos momentos da vida acadêmica, superar o individualismo e instaurar uma comunidade de ensino e pesquisa nas unidades de ensino superior.

O analista sociológico da vida acadêmica deve abordar a seguinte questão: uma comunidade de ensino e pesquisa exprime apenas um desejo e uma necessidade psicológica dos intelectuais sediados no ensino superior? Ou tal comunidade corresponde a alguma necessidade orgânica do processo histórico de evolução (e, portanto, também de transmissão) do conhecimento humano?

Para respondermos a essa questão, devemos apontar o lugar do processo de disciplinarização do saber na evolução do conhecimento humano. A institucionalização dos estudos superiores, com a formação das universidades na Idade Média, converteu em possibilidade o processo de disciplinarização da produção e da transmissão do saber. Essa possibilidade, se não foi ignorada nos períodos medieval e renascentista, passou a ter aproveitamento máximo com a formação do Estado burguês moderno. No quadro jurídico, político e ideológico instaurado por esse tipo histórico de Estado na Europa ocidental, a institucionalização do processo educacional avançou progressivamente; e a especialização do saber, também alimentada pela alta burocracia estatal, cresceu em conexão com a parcelização crescente do processo de produção capitalista.

No sistema nacional de educação em formação nas sociedades capitalistas, os conhecimentos científicos tenderam crescentemente a ser apresentados de modo compartimentado, o

que correspondia ao modo de funcionamento (fragmentário) do sistema de produção capitalista. Assim segmentados, os conhecimentos científicos poderiam ser ministrados de modo rápido e seriado, ensinando a classificação dos educandos e, em última instância, a seleção de indivíduos requisitada pelo funcionamento diferenciado (postos de direção, postos intermediários, postos subalternos) do mercado de trabalho.

A disciplinarização do saber é, essencialmente, uma necessidade institucional na sociedade capitalista; ou seja, é uma exigência fixada pelo Estado burguês moderno, na sua conexão funcional com a economia capitalista. Tal necessidade não resulta, portanto, de uma necessidade científica. Disciplinarizando o saber, as instituições de ensino superior se convertem num locus específico de seleção de “elites” adequadas a exigências, perfeitamente circunscritas, do sistema capitalista. Pode-se imaginar o quanto o padrão de funcionamento de tais instituições está distante de estratégias universitárias de acesso ao “cânone ocidental” ou de conquista do “saber universal”.

O capitalismo tem, portanto, suas próprias necessidades. Mas quais seriam as necessidades dos praticantes da pesquisa científica? Para caminhar na direção da Verdade, eles teriam necessidade de uma ciência total e totalizante, capaz de articular os conteúdos produzidos por múltiplas ciências parciais. A segregação das ciências parciais no processo de realização da pesquisa científica leva a uma visão fragmentária da realidade, seja ela social ou natural. E o mero cotejo ex-post dos resultados parciais será insuficiente para nos conduzir a uma visão da totalidade; chegaremos, no máximo, a uma colagem ou justaposição superficial de diferentes aspectos da realidade. Portanto, se a disciplinarização do saber se tornou historicamente uma exigência institucional, fixada pelo Estado burguês moderno em função dos requisitos do processo de reprodução da sociedade capitalista, a intercientificidade é uma necessidade orgânica do processo de avanço do conhecimento científico da realidade, social ou natural.

Essa necessidade objetiva do processo de produção científica, no entanto, é questionada, no plano da luta ideológica, com

o auxílio do tema aliciante e sedutor da “especialização”. Esse tema circula intensamente, é óbvio, na vida prática da sociedade capitalista: empresas, famílias ou entidades estão sempre à procura de “especialistas”. Mas o tema prático da “especialização” também atua, desta vez em conexão com o princípio institucional da disciplinarização do saber, num outro espaço: o espaço acadêmico. Neste terreno, portanto, a fragmentação do saber, ao invés de ser encarada como um obstáculo ao avanço científico, é apresentada ideologicamente como uma consequência inevitável do processo crescente de “especialização”.

A prática da intercientificidade

Qual seria o conteúdo da intercientificidade? Ou melhor: qual seria a verdadeira natureza da prática da intercientificidade? Só depois de respondermos a estas perguntas poderemos investigar a relação complexa entre a prática da intercientificidade e outro procedimento intelectual e acadêmico: a promoção da interdisciplinaridade.

Tomemos, inicialmente, o estudo científico do mundo social. Na análise do funcionamento e da transformação das sociedades humanas, o pesquisador deve, em primeiro lugar, levar em conta as diferentes partes que compõem a totalidade social. Para tanto, ele deverá encarar cada nível específico da vida social como o objeto de uma ciência parcial; e, para que esse objeto possa ser estudado cientificamente, ser-lhe-á atribuída, no plano epistemológico, autonomia relativa diante dos demais objetos parciais. Mais claramente: a pesquisa sobre o mundo social exige a construção de uma ciência econômica, voltada para a caracterização da estrutura econômica; de uma ciência jurídico-política, voltada para a caracterização da estrutura jurídico-política; e de uma Ciência Social (ou Sociologia), voltada para a caracterização do sistema de classes sociais, que resulta do funcionamento articulado da estrutura econômica e da estrutura jurídico-política.

Em segundo lugar, o pesquisador deve, de um ponto de vista não só lógico como cronológico, levar em conta a relação de interdependência que existe entre todos esses objetos par-

ciais. Caso o pesquisador não analise tal interdependência, ele não poderá apreender nem o funcionamento reprodutivo de um tipo qualquer de sociedade humana, nem a sua transformação qualitativa num outro tipo de sociedade humana.

Mas que tipo de relação se estabelece, na sociedade capitalista contemporânea, entre a pesquisa sobre o mundo social e a estrutura do ensino superior? Num contexto histórico – o do capitalismo – em que tanto o processo econômico quanto o sistema estatal induzem à parcelização do saber e à especialização das atividades, as ciências sociais parciais (isto é, a análise de objetos teóricos parciais investidos epistemologicamente de uma autonomia relativa) convertem-se, no sistema de ensino superior, em disciplinas. O pesquisador – professor está, portanto, inserido dentro de uma estrutura de ensino e pesquisa fragmentária e parcelizadora. Como ele pode resistir a esse tipo de prática acadêmica, caso queira apreender o mundo social como totalidade articulada de múltiplos níveis?

A primeira possibilidade, para o pesquisador dotado de uma perspectiva totalizante, consiste em implementar, em sua própria disciplina, duas operações intelectuais articuladas. A primeira operação equivale à abordagem do objeto parcial que corresponde ao tema de sua disciplina. A segunda operação consiste em promover, na análise do objeto parcial, uma aparição “oca” ou “vazia” da totalidade social (isto é, da interdependência que existe entre os múltiplos objetos parciais); tal operação equivale a explicitar o princípio da interdependência dos diferentes níveis da vida social, mas sem chegar a examinar o conteúdo dessa interdependência. Na realização dessas duas operações articuladas; portanto, o pesquisador não chega a examinar como o conteúdo de uma estrutura ou sistema influencia a concretização do conteúdo de outra estrutura ou sistema. Nesse caso, o pesquisador movido por uma orientação totalizante terá de contar com a ajuda de outro pesquisador, a fim de poder integralizar a análise: a) de seu próprio objeto teórico; b) da totalidade social, como totalidade articulada de múltiplos níveis de atividade social.

Mas como implementar essa colaboração de pesquisadores de diferentes áreas, num quadro institucional marcado pela dis-

ciplinarização do saber? Há duas alternativas para o pesquisador que busca uma parceria intelectual com vistas a totalizar a análise da realidade social. Primeira alternativa: o pesquisador chama para dentro de sua disciplina um pesquisador especializado num outro objeto teórico parcial, instaurando assim uma colaboração intelectual intradisciplinar. Exemplifiquemos. Um professor de Ciência Política chama para sua disciplina um professor de Ciência do Direito, a fim de superar a compartimentação das duas disciplinas e de se alçar ao plano de uma ciência que dê efetivamente conta do objeto parcial “estrutura jurídico-política”: a Ciência Jurídico-Política. Ao mesmo tempo, ele chama para dentro de sua disciplina um pesquisador de Ciência Econômica, a fim de que o trabalho teórico conjugado permita o esclarecimento do conteúdo da interdependência da estrutura econômica e da estrutura jurídico-política. Finalmente, ele incorpora à sua disciplina um pesquisador de Sociologia, que contribua para esclarecer qual sistema de grupos sociais vai nascer dessa articulação entre estruturas parciais.

Segunda alternativa: o pesquisador promove a cooperação interdisciplinar, tendo em vista a construção de uma perspectiva totalizante de análise da realidade social. Essa cooperação se concretiza quando pesquisadores organizam “cursos integrados”, envolvendo diferentes disciplinas.

Se o pesquisador tiver uma formação teórica profunda e extensa, ele poderá tentar realizar, no âmbito de sua própria disciplina, uma análise dos conteúdos das diferentes estruturas; e chegar, por essa via, à análise do conteúdo da interdependência das diferentes estruturas. Nesse caso, a totalidade social faz uma aparição “cheia” na prática teórica de um único pesquisador, responsável por uma única disciplina. Um pesquisador com esse perfil intelectual não precisa, em tese (isto é, num plano estritamente teórico), da interdisciplinaridade para garantir a intercientificidade do seu trabalho acadêmico; embora ele possa investir, no plano ideológico, na interdisciplinaridade como reação aos mecanismos institucionais de disciplinarização do saber.

A intercientificidade também deve ser buscada na análise do processo histórico. Se a História é a ciência da passagem de um

modelo de totalidade social a outro – ou seja, uma “ciência da transição”, então o seu estudo exige a análise da combinação de novas e velhas estruturas num período intermediário, o que exige um enfoque intercientífico. Tradicionalmente, o historiador se via, não propriamente como um pesquisador intercientífico, mas pelo menos como um estudioso da vida social no seu conjunto; para explicar a mudança histórica, parecia-lhe necessário analisar fatos econômicos, políticos, culturais, religiosos, etc.

Nas últimas décadas, a influência da corrente francesa denominada “Nova História” se ampliou entre os jovens historiadores, o que reforçou a tendência à fragmentação da análise histórica e à escolha de objetos de pesquisa cada vez mais detalhados. Como o procedimento teórico de fragmentação da análise histórica se harmoniza formalmente com o mecanismo institucional de disciplinarização do saber, torna-se grande a dificuldade em fazer prosperar, hoje, o enfoque intercientífico nos estudos históricos.

O que dissemos sobre a necessidade da intercientificidade na análise da realidade vale também para os estudos sobre o mundo natural. O trabalho investigativo em ciências como a Física, a Química ou a Biologia implica a articulação da análise de objetos de pesquisa como a matéria, a vida, o corpo, o cosmos, com a História da Ciência e com a Epistemologia. Essa articulação permitirá que o pesquisador defina com clareza o estatuto do processo de análise a que ele submete o seu objeto teórico. Tal processo pode corresponder a um momento do desenvolvimento cumulativo da ciência em questão; nesse caso, o trabalho do pesquisador promove a reiteração e, ao mesmo tempo, a expansão e o aprofundamento da posição teórica dominante (isto é, aquilo que Thomas Kuhn denomina, numa linha teórica diversa, a “ciência normal”). Inversamente, tal processo pode promover uma ruptura – ou salto qualitativo – no conhecimento científico da área em questão; nesse caso, o trabalho do pesquisador participa daquilo que se convencionou chamar uma “revolução científica”. A visão do trabalho numa ciência natural particular como momento dessa dialética histórica do desenvolvimento científico será um estímulo essencial para que o pesquisador se distancie de posturas subjetivas e relativistas, que

negam a existência (ou a “legitimidade científica”) de um vasto processo multimilênar de acumulação histórica de conhecimentos parciais e, portanto, contestam indiretamente o crescimento incessante do domínio da espécie humana sobre a natureza.

A prática da interdisciplinaridade

Até aqui, sustentamos que uma necessidade orgânica para o avanço do conhecimento científico é a prática da intercientificidade e a busca incessante da totalização. Agora, devemos abordar de modo mais sistemático a interdisciplinaridade, reafirmando nossa tese de que ela pode ser utilizada como um instrumento de implementação da intercientificidade. Quando as duas práticas (intercientificidade e interdisciplinaridade) se articulam, a promoção da interdisciplinaridade terá o efeito de uma reação à disciplinarização do saber vigente no ensino superior; e funcionará como um instrumento de resistência à fragmentação do saber induzida pelas instituições econômicas, políticas e educacionais da sociedade capitalista.

Deve-se, no entanto, levar em conta que a promoção da interdisciplinaridade pode também obedecer a uma orientação totalmente diversa. Mais especificamente: a prática da interdisciplinaridade pode ter pouco a ver com a prática da intercientificidade. Assim, por exemplo, pesquisadores investidos de uma perspectiva fragmentária podem sentir a necessidade da interdisciplinaridade como instrumento de comparação de métodos e de resultados. Trata-se, a nosso ver, de uma forma inferior de interdisciplinaridade; mas não se pode afirmar que ela se constitua, por si só, num procedimento negativo do ponto de vista acadêmico. Quando a interdisciplinaridade leva à conclusão de que os métodos de pesquisa utilizados em diferentes disciplinas têm similaridades, ela atua como um fator de estímulo à renovação do elã científico entre os pesquisadores.

Quando a interdisciplinaridade, mesmo que desacompanhada da intercientificidade, redunde pelo menos em comparação de resultados, o contraste pode, pelo menos, ser vivenciado pelos pesquisadores como um instrumento de diversificação de experiências científicas e de enriquecimento intelectual e cultural.

Em qualquer das suas formas – interdisciplinaridade a serviço da intercientificidade, interdisciplinaridade como instrumento de comunicação intelectual e cultural –, a interdisciplinaridade só tende a produzir efeitos positivos, funcionando como uma reação prática a um quadro institucional marcado pela disciplinarização do saber. Mas é importante que todos os pesquisadores tenham plena consciência de seu modelo de interdisciplinaridade; dessa forma, eles poderão evitar não só mal-entendidos acadêmicos como também desperdício de energia intelectual.

&&&&

Já havíamos concluído a redação deste artigo quando tivemos acesso a importante texto de José Luiz Fiorin (FIORIN, 2008), distinguindo conceitualmente diferentes práticas intelectuais e acadêmicas como a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a multi (ou pluri) disciplinaridade. Optamos por não apresentar aqui um comentário, ponto por ponto, aos conceitos propostos por Fiorin, pois o seu texto tem uma envergadura maior que a do nosso. Portanto, o direcionamento de nosso trabalho para o cotejo com as teses de Fiorin, a despeito da utilidade acadêmica dessa comparação, desviar-nos-ia de nossos propósitos essenciais: a) distinguir conceitualmente “intercientificidade” e “interdisciplinaridade”; b) sustentar a possibilidade de articulação entre as duas práticas, com predominância da primeira sobre a segunda, nas atividades acadêmicas. De toda forma, convidamos o leitor a entrar em contato com o fecundo trabalho de Fiorin e, eventualmente, a comparar os resultados teóricos (convergências, diferenças) alcançados por Fiorin e por mim mesmo.

Referências

ALTHUSSER, L. Sobre a dialética materialista (da desigualdade das origens). In: ALTHUSSER, L. **Análise crítica da teoria marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

FIORIN, J. L. Linguagem e interdisciplinaridade. In: **ALEA**, v. 10, n. 1, janeiro-junho, 2008.

VILAR, P. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, J. e NORA, P. **História**: novos problemas. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.

VILAR, P., e FRAENKEL, B. **Althusser**: método histórico e historicismo. Barcelona: Editorial Anagrama, 1968.